

O prefeito José Dantas de Lima, em nome dos habitantes de Petrolândia, afirma, no documento que ontem à tarde entregou ao presidente João Figueiredo, "que a cidade, sede deste Município, será totalmente submersa pelas águas da represa artificial que se formará com a construção da Barragem, o que, consequentemente, implicará na construção de uma nova cidade e, inevitavelmente, trará problemas sociais e econômicos para a população; problemas esses que se agravarão mais ainda, na medida em que a empresa responsável pela obra não se propuser a dialogar com a comunidade, através de seus representantes, a respeito da transferência de Petrolândia para outro local".

Diz, ainda, José Dantas, no memorial, que além da cidade, será submersa "uma considerável parcela da área rural do município, inclusive o Núcleo Colonial de Petrolândia, onde existem duas fábricas de docas explorando matéria-prima própria. Esses agricultores, obviamente, serão indenizados, todavia, encontrarão sérias dificuldades de relocalização, o que poderá ocasionar o desestímulo para a agricultura, com a consequente mudança para outras atividades, o êxodo rural, etc."

Recentemente — aduz o memorial de Petrolândia — "todo o País tomou conhecimento, e foi 'manchetado' nos principais jornais e da televisão, de divergências entre agricultores e a Chef, neste Município, por motivos relacionados com desapropriações, o que poderá repetir-se, na hipótese de não virem a ser adotadas providências que evitem definitivamente as possibilidades de futuros impasses. Para o respeito, a Prefeitura de Petrolândia, visando eliminar o clima de apreensão e expectativa que reina no Município; visando ainda poder oferecer a cada um que integra a sua comunidade, o apoio, a segurança e a assistência de que ele necessita, a confiança no espírito de brasilidade de V. Excia.; bem assim, ciente do empenho do vosso Governo em solucionar os problemas sociais, habitacionais e agropecuários do País; consciente do progresso que a hidrelétrica trará; porém, consciente também de que V. Excia. não admitirá que esse progresso possa trazer prejuízo para o sofrido povo sertanejo, vem reivindicar o seguinte:

a) Que seja imediatamente transferida pela Chef à Prefeitura, recursos financeiros destinados ao custeio de despesas como prestação de serviços à comunidade; b) que a Chef proponha-se a debater com a comunidade de Petrolândia, através do Governo Municipal, sobre a construção da cidade-sede, em todos os aspectos relacionados com o assunto; c) que seja urgentemente constituída uma comissão mista integrada pela Chef, Governo do Estado, Governo Municipal e representantes de classes, com o objetivo de elaborar uma tabela a ser utilizada em todas as indenizações referentes às desapropriações oriundas da construção da Barragem de

Itaparica; d) que seja estudada, dentro do menor prazo possível, uma fórmula pela qual todos os agricultores possam ser previamente realocados em áreas agricultáveis, objetivando, assim, a fixação do homem à terra; e) que o Núcleo Colonial de Petrolândia — Projeto de Irrigação da Codevasa — seja replantado em outra área, neste Município".

"Eis, pois, Exmo. Sr. Presidente, de forma simples e sucinta, os problemas que preocupam a comunidade petrolandense, relativamente à construção de Itaparica, e como fórmula para suas soluções, apresentamos nossas reivindicações, esperando portanto haveremos contribuído não apenas isoladamente para o engrandecimento do nosso Município, mas também, para a profícua administração de V. Excia."

O prefeito José Dantas conclui o documento reiterando ao presidente, "em nome de cada brasileiro de Petrolândia, a confiança no atendimento a essas nossas solicitações".

TRABALHADORES

O documento da reivindicação dos trabalhadores rurais da região da Barragem de Itaparica, além de clamar por "justiça para todos nós", denuncia que na área do canteiro de obras de construção de acampamentos e demais serviços constantes do Projeto de Itaparica, "já estamos sofrendo arbitrariedades e que a Chef vem pressionando os moradores de Ió e Quixaba, cercando a área sem indenizar, fechando as estradas para as roças, fazendo despejos, derrubando casas e destruindo benfeitorias sem mandato judicial, além de dificultar o acesso ao Rio São Francisco, que é a única fonte de água para a população".

Acréscita que, conhecedores que são da situação de aflição e de miséria a que foram condenados 70.000 "companheiros nossos, que tiveram suas terras cobertas pelas águas da Barragem de Sobradinho", reivindicam que em cada passo do Plano de Resassentamento, todas as decisões sejam tomadas com a participação ativa dos trabalhadores rurais, através de suas entidades de classe — Sindicato de Trabalhadores Rurais, Federação de Trabalhadores na Agricultura da Região e Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

Solicitam, ainda, do Governo, que todas as exigências constantes das reivindicações para o reassentamento da população trabalhadora rural a ser atingida (120 mil pessoas) sejam cumpridas antes do fechamento das comportas da Barragem. Considerando que o contingente humano é da ordem de 120 mil habitantes, 80,64% da população trabalham na agricultura, as lavouras de vazante, de irrigação e de chuva estão diretamente ligadas ao Rio São Francisco; que a produção do leite depende da proximidade do São Francisco para dar melhor produção; a pesca é o re-



Prefeito José Dantas entregou memorial a João Figueiredo



Com a construção da Barragem, Petrolândia desaparece do mapa

gritório das famílias ali residentes, em todas as épocas do ano e que, para construir todas "as nossas casas em poucos meses ficaria caro demais para nós, pela falta de material e de mão-de-obra, como aconteceu na região de Sobradinho", os trabalhadores exigem o seguinte, pela ordem cronológica:

1979: mapeamento — a Chef deverá fornecer, o quanto antes, o mapa, delimitando a área a ser inundada, para estudo pelas comunidades;

1980: reassentamento das famílias atingidas — a Chef deverá distribuir a terra da margem do lago em lotes de dimensão familiar, conforme o Estatuto da Terra, Lei nº 4.501, de 30.11.64. Deverá entregar a cada trabalhador o título de propriedade da terra

1981: construção de núcleos residenciais — cada comunidade deverá escolher um local onde a Chef deverá construir casas, de acordo com o número de casas de cada comunidade, com os benefícios de: escolas, posto médico, igreja, rede de saneamento, eletrificação, área coberta para feiras, estradas, etc., além de área comunitária para criatório, com tamanho correspondente a 10 hectares, por trabalhador;

1982: indenização: justa das benfeitorias — conforme tabela de preços a ser aprovada pelos trabalhadores rurais da região.

Além do prefeito José Dantas de Lima, de Petrolândia, estiveram com o presidente João Figueiredo, na tarde de ontem, tratando do mesmo problema, os prefeitos das cidades de Belém do São Francisco, Itacuruba e Rodas (na Bahia), respectivamente, Geraldo Lustosa, Manoel Freire e João Fonseca. Todos eles estão acietamente preocupados com a inundação de suas cidades pela Barragem de Itaparica, ora em construção, cujo comprimento é de 4.700 metros e uma altura máxima de 105 metros.

ARBITRARIEDADES

No memorial entregue ao presidente da República, os trabalhadores, através das entidades sindicais, denunciam que as arbitrariedades, com a intenção de posse pela Chef, atingem 200 famílias dos povoados de Riacho Salgado, Cachoeirinha, Ió e Quixaba, e que todos os trabalhadores rurais têm roça situada e terreno para criatório comum. As 100 famílias de Cachoeirinha e Riacho Salgado já foram deslocadas pelos canteiros de obra da Barragem de Itaparica.

No dia 4 de agosto último, em Petrolândia, portando fúixas e cartazes, milhares de trabalhadores desfilarão nas ruas da cidade para protestar contra a maneira como a Chef tem conduzido o problema. Participaram a convite dos trabalhadores, as seguintes entidades representadas: a Presidência e o Secretariado da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e Diocese de Juazeiro da Bahia, através de D.

José Rodrigues de Souza; dom Francisco Anstreguê de Mesquita, bispo de Alagoinhas da Ingazeira, que representou, como coordenador do Setor de Pastoral Rural, o Regional Nordeste II da CNBB e a Dom Francisco Xavier Niehoff, bispo da Diocese de Petrolândia; o Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência e a Frente Nacional do Trabalho, ambas entidades sediadas em São Paulo, na pessoa de Marcelino Pereira Martins, além da representação da Comissão Pastoral da Terra Nacional e Setor de Pastoral Rural do Regional Nordeste II-CNBB, Movimento de Animação dos Cristãos no Meio Rural e Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Regional Nordeste II-CNBB.

"Estavam os agricultores ultimando os preparativos da concentração, colocando faixas na frente da sede do Sindicato, quando surgiu o delegado de Polícia Expedito Leal de Vasconcelos, aos berros, exigindo a retirada das mesmas. Os trabalhadores, colhidos de surpresa, não obedeceram e o próprio delegado arrancou uma das faixas, rasgando-a".

Denuncia o documento, através dos depoimentos, que o agricultor Otacilio Inácio, desde 1973, "começou a ser crucificado pela Chef. A terra, da qual possui documento, lavouras e casa, foi coberta pelas águas de represa do Moxotó. Recebeu a indenização de apenas Cr\$ 1.080,00 pela casa, mas até hoje a Chef não indenizou a terra e as outras benfeitorias. No momento da inundação, Otacilio Inácio possuía 6 sacas de feijão plantado para colher, 200 arrobas (2 mil quilos) de colôide, duas toneladas de feijão de corda com milho brocado; uma safra de couros; uma safra de amendoim; três mil cabeças de alho; sem contar o tomate e o pimentão".

Após muita dificuldade, conseguiu construir uma nova casa em outro local da mesma propriedade que havia escapado da inundação. Depois de tudo isso, "a Chef fez nova investida, invadindo o restante de sua propriedade, destruindo sua casa e benfeitorias, sem nenhuma indenização. São 72 anos de vida e trabalho destruídos pela Chef", diz a denúncia. Além de "seu" Otacilio, centenas de outros agricultores vêm sofrendo pressões e violências. Na zona urbana de Petrolândia, Belém do São Francisco, Floresta e Itacuruba, milhares de pessoas estão aflições sem saber para onde ir quando chegarem a Barragem. Marcelino Pereira Martins, do Secretariado Nacional Justiça e Não-Violência e Frente Nacional do Trabalho, afirma "que nem a Chef, nem o dinheiro, nem os capitalistas são produtores de riquezas. Eles acumulam riquezas produzidas por nós. Quem produz tudo são os lavradores e operários. Estamos lutando para reaver o mínimo daquilo que saiu do nosso suor. Não devemos ter medo, devemos ter a cabeça no lugar. Não devemos aceitar provocações de quem quer que seja. Não devemos esperar que nada caia do céu. A luta é nossa".